

202100036007582



Agência
Goiana de
Infraestrutura
e Transportes



ESTADO DE GOIÁS
AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES

TERMO ADITIVO DE CONVÊNIO Nº 389/2025 - GOINFRA

QUARTO TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 104/2021 - GOINFRA, CELEBRADO ENTRE A GOINFRA E O MUNICÍPIO DE MAMBAÍ, REFERENTE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE CONSERVAÇÃO DE PAVIMENTOS ASFÁLTICOS EM VIAS URBANAS NO MUNICÍPIO DE MAMBAÍ, NESTE ESTADO, NA FORMA ABAIXO:

DAS PARTES E SEUS REPRESENTANTES LEGAIS

AGÊNCIA GOIANA DE INFRAESTRUTURA E TRANSPORTES – GOINFRA, autarquia estadual criada pela Lei Estadual nº 13.550, de 11 de novembro de 1999, **jurisdicionada à Secretaria de Estado da Infraestrutura – SEINFRA, por força do Decreto Nº 10.218, de 16 de fevereiro de 2023 e Decreto Nº 10.569, de 10 de outubro de 2024**, e por força da Lei estadual nº 21.792, de 16 de fevereiro de 2023, inscrita do CNPJ sob o nº 03.520.933/0001-06, com sede na Av. Governador José Ludovico de Almeida, nº 20 (BR-153, Km 3,5), Conjunto Caiçara, Goiânia-GO, neste ato representada por seu Presidente, **PEDRO HENRIQUE RAMOS SALES, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº 2.166.607 – SSP/DF e inscrito no CPF (MF) sob o nº 002.080.231-51**, residente e domiciliado nesta capital, doravante denominada **GOINFRA**.

MUNICÍPIO DE MAMBAÍ, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 01.740.463/0001-52, com sede administrativa na Rua Costa e Silva, Qd. 04, Lt. 01, Centro, CEP. 73970-000, Mambaí, Estado de Goiás neste ato representado por seu Prefeito, **EDER ORNELAS LACERDA, brasileiro, portador da cédula de identidade nº 5094947 SPCT/GO e inscrito no CPF sob o nº 032.796.981-46**, residente na Rua José Moreira dos Santos, Qd. 16, Lt. 07, Centro CEP: 73970-000, Mambaí, Estado de Goiás, doravante denominado **MUNICÍPIO**.

01. CLÁUSULA PRIMEIRA - FUNDAMENTO LEGAL

O presente Termo Aditivo, nos termos da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e do Decreto Estadual nº 10.248, de 31 de março de 2023, do Decreto Estadual nº 10.213, de 7 de fevereiro de 2023, do Decreto Estadual nº 10.333, de 23 de outubro de 2023 e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, e decorre da solicitação do Município através do **OFÍCIO Nº 172/2025 (76779468)**, do **DESPACHO Nº 1668/2025/GOINFRA/MA-GEMRU-20170 (80134409)** e do **DESPACHO Nº 2414/2025/GOINFRA/PL-GEPRE-13151 (80173767)**, analisado pela Procuradoria Setorial, por meio dos **Pareceres Jurídicos Referenciais nº 55/2022/PR-PROSET-ANS (48578408) nº 107/2022/PR-**